

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO

GEOGRAPHICAL INDICATION AND THE REGIONAL DEVELOPMENT OF BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO

Denise Lemos Garcia¹; Renata Silva-Mann²; Dimitrius Pablo Sabino Miranda³; José Pereira Mascarenhas Bisneto⁴

¹Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI, Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil – deniseglemos@gmail.com

² Departamento de Engenharia Agrônômica, Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil - renatamann@gmail.com

³Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil - mirandadimitrius@gmail.com

⁴Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social- PPGPPSS Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – Cruz das Almas/BA – Brasil – josepmascarenhas@gmail.com

Resumo

A indicação geográfica visa de forma especial à proteção de produtos, promovendo o desenvolvimento regional. O objetivo desse trabalho foi o de apresentar perspectivas para a indicação geográfica e os benefícios desta no desenvolvimento regional do Baixo São Francisco sergipano. Foram identificadas as principais características intrínsecas existentes na cartografia geográfica do Baixo São Francisco sergipano que têm possibilitado o desenvolvimento regional e especificidades locais que contribuem para os produtos distintos que podem ser obtidos nesta região, possam contribuir para a denominação de origem. A base teórica consiste na abordagem sobre o desenvolvimento regionalizado e a importância da geografia nesse contexto. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliométrica na forma de dados secundários, com as técnicas descritiva e explicativa. Foram evidenciados aspectos distintos quanto às mudanças socioeconômicas e culturais provenientes da modificação do padrão mundial adotado para o consumo, da competitividade e das questões relacionadas com o desenvolvimento regional na região. Identificou-se o extrativismo da aroeira e sua cadeia produtiva como atividade que corrobora para reforçar a possibilidade de denominação de origem, e as distinções locais que podem promover neste produto atributos de qualidade e especificidade.

Palavras-chave: denominação de origem, pimenta-rosa, cadeia produtiva.

Abstract

The geographical indication aims in a special way to the protection of products, promoting the regional development. The objective of this work was to present perspectives for the geographical indication and the benefits of this in the regional development of the Lower São Francisco of Sergipe. It was identified the main intrinsic characteristics in the geographic cartography of the Lower São Francisco of Sergipe that have allowed the regional development and local specificities

that contribute to the distinct products that can be obtained in this region, can contribute to the denomination of origin. The theoretical basis is the approach on regionalized development and the importance of geography in this context. Bibliometric research was used as a methodology in the form of secondary data, with descriptive and explanatory techniques. Different aspects were evidenced regarding socioeconomic and cultural changes resulting from the modification of the world standard adopted for consumption, competitiveness and issues related to regional development in the region. The extractive activity of aroeira and its productive chain was identified as an activity that corroborates the possibility of a denomination of origin, and the local distinctions that can promote quality and specificity in this product.

Key-words: denomination of origin, pink pepper, productive chain.

1 Introdução

Considerando o desenvolvimento regional, é possível compreender que a evidência de crescimento é perceptível quando ocorrem aumentos no nível de produção, cujos sinais são considerados como caminhos para a elevação do crescimento econômico. Todavia, é importante salientar que a configuração desse sinal como fator de desenvolvimento econômico, necessita chegar a toda a comunidade que está sendo analisada, na promoção de melhorias não somente no contexto comercial, mas de promoção da saúde, melhoria da renda e dos critérios adotados para o setor educacional, dentre outros.

A problemática da questão está justamente na promoção do desenvolvimento relacionado a uma determinada região, portanto, é imperioso que se compreenda o que vem a ser, conceitualmente, desenvolvimento regional. Salienta-se que as teorias comumente abordadas nessa temática têm como embasamento o setor industrial, buscando atingir esse meio existente mediante as relações descritas na cadeia do processo produtivo, com a finalidade precípua de impulsionamento, na região desejada, das principais atividades econômicas, buscando, sobretudo, atingi-las (CAVALCANTE, 2008).

Entretanto, quando se trata de indicação geográfica o pressuposto consiste especialmente em propiciar a proteção dos produtos, promovendo o desenvolvimento regional. É possível compreender a urgência para a promoção do desenvolvimento regional do objeto deste estudo, o Baixo São Francisco sergipano, que em face das inúmeras dificuldades de sustentabilidade econômica, as cidades ribeirinhas, com suas múltiplas personalidades, no resgate de sua memória, ensejam não somente a modernidade, mas, o crescimento socioeconômico, cultural e turístico como um todo.

Assim, elencou-se o seguinte objetivo, o de investigar como a indicação geográfica pode beneficiar o desenvolvimento regional do Baixo São Francisco sergipano, e quais atributos regionais e sócioeconômicos podem promover distinções em produtos locais.

2 Metodologia

O caminho metodológico compreendeu a pesquisa bibliométrica de 2002 a 2018 de publicações científicas, nas quais, a palavra-chave “Baixo São Francisco” fosse encontrada e ainda, que estivesse relacionada a algum recurso natural da região com potencial e valor econômico. Além disso, o foco foi na prospecção de dados secundários que tratem de produtos e/ou atividades de pesquisa na região, tendo como base a sustentabilidade ambiental e o uso de recursos genéticos locais, bem como a coleta de dados elaborada no Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no Baixo Rio São Francisco, que permitiu compreender os aspectos que podem ser promovidos, a partir da indicação geográfica, no desenvolvimento do Baixo São Francisco sergipano.

As fontes de pesquisa foram, assim, denominadas como secundárias, utilizando-se as técnicas de pesquisa descritiva, associativa e explicativa.

3 Referencial Teórico

De acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a propriedade intelectual é um ramo do direito que trata das produções do intelecto humano, ou seja, os direitos relativos à atividade intelectual nos campos literário, artístico, científico e industrial. De maneira introdutória, a propriedade intelectual se refere ao direito de propriedade sob um bem, fruto de atividade intelectual (WIPO, 2016).

Cabe destacar que a Propriedade Intelectual não diz respeito a um único objeto, mas a um campo amplo que pode ser dividido em três grupos específicos: Direito Autoral (Direito do Autor, Direitos Conexos e Programas de Computador), Proteção *Sui Generis* (Cultivar, Conhecimento Tradicional, Células Tronco e Transgênicos) e Propriedade Industrial (Marcas, Patentes, Desenho Industrial, Indicação Geográfica, Segredo Industrial) (JUNGMANN; BONETTI, 2010).

No âmbito da Propriedade Industrial, a indicação geográfica surge como um relevante elemento para a promoção do desenvolvimento regional. A Indicação Geográfica pode ser compreendida como uma forma de agregar valor e credibilidade a um produto ou serviço, conferindo-lhe um diferencial de mercado em função das características de seu local de origem. Através desse instituto da propriedade intelectual é possível proteger produtos e regiões de falsificações e usurpações indevidas, além de servirem como garantia para o consumidor, indicando que se trata de um produto especial e diferenciado (BRASIL, 2008).

Pode ser ainda ratificada a função da indicação geográfica que é a de proteger o produtor da concorrência que ocorre de forma desleal, bem como da usurpação do nome do produto, com a finalidade precípua de promover a garantia ao consumidor da procedência e da sua qualidade (GEBRIM, 2011).

Os objetivos relacionados à indicação geográfica, estão voltados à proteção dos produtos originados dela, incluindo na geografia a sua denominação, o que tende a beneficiar não somente os produtores, mas principalmente, os consumidores (DULLIUS, 2009).

Os produtores se beneficiam quando o espaço utilizado para a produção passa a ser valorizado e a comercialização dos produtos tem a proteção geográfica local, diferenciando-se no mercado frente aos demais produtores que não se encontram vinculados à delimitação da área de produção na indicação geográfica (VARGAS, 2008).

A indicação geográfica possibilita o desenvolvimento regional e tem, ao longo das últimas décadas, se tornado relevante nas localidades. O Baixo São Francisco sergipano, possui áreas que são consideradas de volume baixo de escala e de produção. A indicação geográfica, por sua vez, pode não somente ajudar, mas manter e desenvolver diversificadas atividades que envolvam a produção na localidade, na busca constante de agregar valor ao produto, desenvolvendo a localidade, quando incrementam as cadeias produtivas (KAKUTA, 2006).

Como propulsoras do desenvolvimento regional, as cadeias produtivas consistem nas estruturas econômicas as quais se pretende expandir na localidade. Uma cadeia produtiva é um conjunto de operações atuando para transformar determinado produto. Essas operações podem estar separadas ou agrupadas entre si, ou em etapas consideradas como distintas. Caracteriza-se, também, nas relações tidas como econômico-financeiras, um conjunto comercial que propicia a troca de fluxos entre as várias etapas de transformação, que ocorrem de montante a jusante ou quando da relação existente entre os fornecedores e os possíveis clientes (RIPPEL, 1995).

Geralmente, a divisão de uma cadeia consiste em três segmentos: o primeiro que envolve a questão produtiva de matérias-primas (agricultura, pecuária etc.); o segundo compreendido como o processo de industrialização (indústria); e o terceiro, a distribuição, que consiste na capacidade no cenário econômico de fomentar uma região, considerando os seus setores econômicos tidos como básicos (comércio, transportes etc.) (MADUREIRA, 2015). O resultado iminente são as externalidades criadas pelas cadeias produtivas, que podem ser também chamadas de economias externas, uma vez que têm características próprias quando a produção ou o consumo de algum bem ou serviço ocorra, e provoca efeitos positivos ou negativos em outros agentes econômicos, que não têm reflexo em seus preços (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

O Baixo São Francisco não deve ser visto somente em suas potencialidades culturais, mas também pelos seus atributos contendo diversidade genética de espécies e espécimes, muitas delas com uso na culinária local, ou extraídas pelas populações locais, para fazer parte de cadeias produtivas da biodiversidade. Cabe ainda ressaltar, que o Baixo São Francisco, enquanto unidade geográfica pelos seus recursos hídricos comprovada na Resolução nº 32 de 15 de outubro de 2003, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, instituiu a Divisão Hidrográfica Nacional com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (BRASIL, 2003).

Entre as 12 regiões hidrográficas a bacia hidrográfica do São Francisco, se encontra o Estado de Sergipe, e mais especificamente o Baixo São Francisco sergipano. Essa nova divisão regional da bacia surgiu mediante o estudo feito pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, que reviu os limites regionais, ao concluir o Relatório Final da Comissão de Acompanhamento do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco e de outros resultados de estudos realizados na localidade, alterando para quatro subdivisões: Alto, Médio, Submédio e Baixo, redefinindo os limites existentes entre o Submédio e o Baixo São Francisco (NASCIMENTO, 2013).

Na localidade em estudo, o Baixo São Francisco sergipano, é importante lembrar da relevância que se deve dar às questões que envolvem a promoção do desenvolvimento regional, no tocante às características físico-ambientais, quando da observância dos aspectos relacionados ao clima, à geologia, geomorfologia, pedologia, biodiversidade e fitogeografia, tendo em vista que se deve ter a análise da indicação geográfica para cada um destes, considerando, também, os setores econômicos que se deseja fomentar.

Neste trabalho as matérias-primas identificadas, são aquelas que envolvem os recursos genéticos, as especificidades edafoclimáticas e/ou culturais. Para cada matéria-prima é importante identificá-la enquanto valor local, enquanto produto e sua relação em cadeias produtivas; e se estas matérias-primas e valores estão baseados em avaliações científicas, que contribuam para a identificação de potencialidades de uso, de obtenção de inovações tecnológicas e das especificidades locais e do reconhecimento do valor do produto pelas comunidades envolvidas. Tais especificidades poderão subsidiar e apoiar a indicação geográfica para a região.

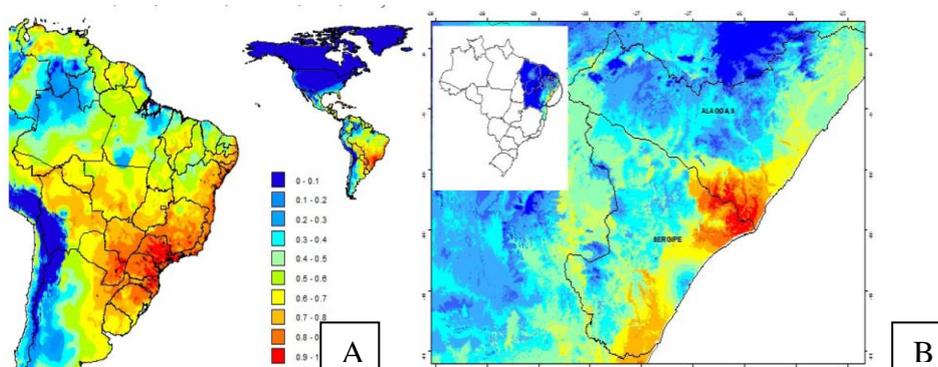
4 Análises e Discussão dos Resultados

A diferenciação de produtos e serviços proposta pela Indicação Geográfica decorre de instrumentos legais, e locais abordados neste trabalho e pode se dar em duas categorias, Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). A Indicação de Procedência (IP) o produto ou serviço é reconhecido apenas pelo renome da localidade de produção do bem ou prestação de determinado serviço, sem considerar outros fatores, levando em consideração apenas a sua boa fama (CORRÊA, 2006). A Denominação de Origem (DO) caracterizada como distinta da Indicação de Procedência (IP), identifica uma região, na qual seus produtos possuem características e qualidades determinadas pelo meio geográfico, por fatores naturais e humanos (GONÇALVES, 2008).

Neste contexto e atendendo ao requisito do que é preconizado para a Denominação de Origem, a região do Baixo São Francisco Sergipano apresenta suas especificidades geográficas e fatores naturais que são apresentados neste trabalho. Ao se analisar publicações em livros e artigos que tratam do Baixo São Francisco, pode-se encontrar informações valiosas que corroboram para imprimir a esta região particularidades.

Primeiro aspecto a se considerar é que para se avaliar a denominação de origem a modelagem de ocorrência é ferramenta útil na caracterização dos recursos e da abundância deste, e ainda dos produtos que possam advir destes. Obviamente, pode-se considerar o produto *in natura*, mas não se deve desconsiderar o potencial que este produto tem para a obtenção de inovações tecnológicas. O único trabalho que traz a modelagem de distribuição de recurso natural no Baixo São Francisco é a modelagem de distribuição para a aroeira, assim definida pelas comunidades, e cuja denominação como produto na cadeia produtiva enquanto produto é pimenta rosa, e nome científico de *Schinus terebinthifolia* Raddi. (FIGURA 1).

Figura 1 – Modelagem de distribuição potencial da aroeira (*Schinus terebinthifolia* Raddi), no Brasil (A) e no Baixo São Francisco (B).



Fonte: Garrastazu e Mattos (2013, p.26-27).

Na modelagem de ocorrência da aroeira no Brasil (Figura 1A) é comprovada a distribuição do recurso genético em várias regiões. No entanto, somente no Baixo São Francisco (1B) é que se constata a aroeira como produto, e onde houve descrição de cadeia produtiva (JESUS; GOMES, 2013).

No Brasil, percebe-se a distribuição geográfica e plasticidade ecológica da aroeira, de ocorrência natural desde o Estado de Pernambuco até o Rio Grande do Sul em várias formações vegetais (GOMES et al., 2013). No entanto, é no Baixo São Francisco que a sua importância é maior por fazer parte de uma cadeia produtiva. Assim, existe uma compreensão de distinção em relação às incidências da aroeira no restante do país, pelo seu valor como produto (pimenta rosa).

A cadeia produtiva da aroeira se deve ao seu valor como condimento na culinária e ao interesse científico-tecnológico devido ao seu potencial uso comprovado (DEGÁSPARI et al., 2004; DEGÁSPARI et al., 2005; RIBAS et al., 2006; CERUKS et al., 2007; SOARES et al., 2007).

Na região existem outros produtos que tem sido citados, como de grande importância para as comunidades ribeirinhas. No entanto, a ferramenta de modelagem só foi empregada para o produto aroeira. Ao se considerar os demais produtos explorados no Baixo São Francisco, estabeleceu-se quadro, no qual se apresenta o recurso genético/físico estudado, o valor destes para a região, os tipos de estudos realizados, ou seja, quais validações científicas contribuem para a identificação de especificidades locais ou do próprio recurso, e; quais destes produtos tiveram a cadeia produtiva já identificada e avaliada.

Casado et al. (2002), Holanda et al. (2011 e 2012) trazem aspectos relacionados as ações que tem sido feitas na região para conservação dos solos e contenção das perdas das margens do Rio São Francisco. Assim, uma das propriedades de fundamental importância na natureza, a biodiversidade, tem a responsabilidade de promover o equilíbrio e a estabilidade dos ecossistemas, tendo em vista ser fonte direta de potencial de uso econômico, para inúmeras atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais (VARGAS, 2008).

Dos recursos genéticos, edafoclimáticos ou culturais elencados obtidos com a prospecção de publicações, comprova-se que o recurso genético potencial para denominação de origem na região é a pimenta-rosa. Outras espécies como tamboril (*Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong.), abelhas (*Euglossini* spp.), jenipapo (*Genipa americana* L.), cajá (*Spondias lutea* L.) e mulungu (*Erythrina velutina* Willd.) são espécies de importância e ocorrência na região, no entanto, não possuem uso direto na indústria e com cadeia produtiva bem definida.

As evidências obtidas de pesquisas científicas no Baixo São Francisco têm como principal foco o Rio São Francisco e a sua conservação e dos recursos hídricos (QUADRO 1).

Quadro 1 – Recurso natural, valor local e informações científicas na ponderação da potencialidade de Indicação Geográfica para o baixo São Francisco sergipano.

<i>Recurso natural</i>	<i>Valor local</i>	<i>Informações científicas para a identificação de especificidades locais</i>	<i>Autor</i>
Solos e recursos hídricos	Conservação do Rio	Conservação de solos	Casado et al. (2002)
Peixes	Aquicultura	Águas, peixes e pescadores	Godinho; Godinho, 2003
Aroeira (pimenta rosa)	Frutos	Extrativismo e comercialização de <i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi.*	Gomes (2005)
Solos	Agricultura	Condições edafoclimáticas e cultivares de banana	Ledo et al. (2008)
Madeira	Produtos madeireiros	Diversidade genética de <i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong.	Santana et al. (2008)
Abelhas	Conservação de Florestas	Mata Ciliar como biocorredor para <i>Euglossini</i>	Moura; Schlindwein (2009)
Solos e recursos hídricos	Uso da água	Dinâmica geoambiental, processos morfodinâmicos e uso das terras	Alves et al. (2010)
Solos e recursos hídricos	Conservação do Rio	Erosão marginal e a retirada da mata ciliar	Holanda et al. (2011)
Solos e recursos hídricos	Conservação do Rio	Bioengenharia de Solos	Holanda et al. (2012)
Aroeira (pimenta rosa)	Frutos para a indústria	Extrativismo da aroeira no Baixo São Francisco	Jesus e Gomes (2012)
Jenipapo	Frutos para venda na feira	Variabilidade genética de <i>Genipa americana</i> L.	Rabbani et al. (2012)
Aroeira (pimenta rosa)	Frutos e conservação da espécie	Sustentabilidade de <i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi.	Souza et al. (2013)
Cajá	Frutos para a feira	Diversidade genética de <i>Spondias lutea</i> L.	Gois et al. (2014)
Aroeira, pimenta rosa, folhas	Medicinal, lenha	Caracterização química e genética de <i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi.	Souza et al. (2014)
Madeira	Medicinal, lenha, madeira	Caracterização genética de mulungu (<i>Erythrina velutina</i> Willd.)	Gonçalves et al. (2014)
Mudas, árvores	Conservação da aroeira	Restauração de áreas degradadas com <i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi.	Álvares-Carvalho et al. (2017)
Aroeira (pimenta rosa)	Frutos para a indústria	Produção de frutos e morfofisiologia de <i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi.	Souza et al. (2013)

*cadeia produtiva

Fonte: Autoria Própria (2018)

Gomes et al. (2013) apresentam subsídios que atestam a análise de resultados obtidos em três anos de pesquisa, com a finalidade de propor estratégias para o manejo sustentável da aroeira (*Schinus terebinthifolia* Raddi.), no baixo curso do rio São Francisco, entre Sergipe e Alagoas. Em abordagem correlata, produzem elementos científicos para uma possível existência de Indicação Geográfica e sobre o extrativismo vegetal da aroeira. Trazem estudos sobre a importância socioeconômica do extrativismo; inventário populacional e diversidade genética; solos de ocorrência; estimativa de crescimento dendrométrico dos indivíduos de aroeira; características da madeira; produção de frutos; avaliação econômica de plantios; controle de pragas; qualidade de sementes; e a pimenta rosa enquanto produto e as inovações na forma de patentes depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Este recurso tem sido explorado pelas comunidades locais e tem contribuído com 20% da renda das famílias (JESUS; GOMES, 2013). É pertinente relatar que a região que envolve o Baixo São Francisco sergipano representa no PIB estadual 4,3%, com representatividade e expressividade relacionadas ao setor de serviços que tem uma participação territorial de 67,3%, sendo o principal meio de atuação, o setor da administração pública. A representação socioeconômica do Baixo São Francisco sergipano, no ano de 2009, em relação ao setor primário obteve uma resposta de apenas 12% do valor adicionado da economia; enquanto que o setor secundário obteve uma representatividade de 21%; e o setor terciário, 67% da participação (BOECHAT; ALVES, 2011).

Estudos feitos por Vargas (2008) indicam que os mecanismos relacionados de proteção geográfica têm relação direta com as indicações de procedência e as denominações de origem, na perspectiva de valorização dos territórios e produtos. Dentro desse contexto, reportando-se ao baixo São Francisco sergipano, a identificação geográfica pode ser uma perspectiva para a região agregar valor e, conseqüentemente, credibilidade aos produtos e/ou serviços que a região possui ou oferta. Em estudos feitos pela equipe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2007), verificou-se que a localidade, as identificações geográficas têm a possibilidade de proteção dos produtos e das regiões de falsificações contra as indevidas usurpações, servindo, também, de garantia para o consumidor, porque tem na sua indicação se tratar de um produto não somente especial, mas, sobretudo, diferenciado (BRASIL, 2007).

Todavia, o que se observou nos últimos anos no Baixo São Francisco sergipano foi a apresentação significativa de um nível de degradação ambiental, que tem implicado, de forma considerável, na redução de atividades socioeconômicas. Na agricultura, as ações governamentais e da Codevasf não trouxeram o resultado econômico esperado. Na atualidade, as áreas e culturas implantadas mediante a situação dos perímetros irrigados do Baixo São Francisco sergipano compreendem lotes de arroz, peixe e policultura. Assim como os pescadores, os trabalhadores da

área rural do Baixo São Francisco sergipano, vulgarmente conhecidos como parceiros, foram de forma sensível atingidos pela intervenção estatal na região (VELLOSO, 2008).

Para minimizar essa problemática, os organismos públicos se voltaram para incrementar outras áreas que ainda não tinham sido exploradas e não propiciavam fonte de renda. O primeiro desses projetos, no Baixo São Francisco sergipano, foi o redirecionamento do foco para a valorização dos ingredientes regionais, objetivando fomentar o setor turístico com a inserção da área gastronômica, com a implantação do Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial (DET). Esse projeto tem por finalidade, não somente mostrar a culinária regional, mas possibilitar a geração de emprego e renda, mediante a exposição e venda do artesanato local. E, conseqüentemente, contou com as coordenadas da identificação geográfica para melhor direcionar as ações socioeconômicas, culturais e turísticas (ESTEVES, 2012).

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de ações que possibilitem o desenvolvimento regional do Baixo São Francisco sergipano, devido às condições socioeconômicas, culturais e turísticas do local, relacionadas à identificação geográfica, o que contribui para fomentar o desenvolvimento regional, por intermédio de diversas áreas, a exemplo, apicultura, artesanato de cerâmica, carcinicultura, confecções e bordados, fruticultura, mandioca, pecuária do leite, petróleo e gás, piscicultura, extrativismo da pimenta rosa, rizicultura e ovinocaprinocultura, incluindo a parte turística que envolve a já mencionada parte gastronômica.

Vale ressaltar, pelos critérios apresentados para concessão do registro, que se faz necessária organização dos extrativistas para preparação de documentação comprobatória da condição para a solicitação do registro. Também é essencial o apoio de órgãos governamentais que estejam apoiando a população ribeirinha, pois documentos como o instrumento oficial que delimita a área são emitidos pelo órgão estadual, ao qual a atividade está ligada.

Com a concessão do registro para a área de extração é possível que seja criado o signo distintivo, que garantirá apenas aos extrativistas atuantes dentro da área geográfica demarcada o uso do nome geográfico pimenta rosa do baixo São Francisco, os quais poderão desenvolver posteriormente estratégias mercadológicas para ampliação dos seus negócios, pois, estarão de posse da principal característica que uma IG pode trazer: a diferenciação no mercado.

Em observação de campo, detectou-se que se trata de população que vive predominantemente da atividade pesqueira, tendo a colheita da aroeira como atividade complementar de renda. Inicialmente, a venda das matérias-primas do extrativismo acontecia por intermédio de um atravessador/facilitador do Espírito Santo, que repassava as importâncias de imediato, mas abaixo do valor de mercado.

Em momento posterior, uma Organização Não Governamental apareceu como alternativa para uma melhor atividade de exportação dos produtos. Entretanto, na prática, foi constatado que não houve retorno financeiro à comunidade. Logo, o fator insegurança paira na situação e, assim, pode o registro por Indicação Geográfica vir a amenizar problemas dos extrativistas da aroeira no baixo São Francisco.

Eis que surge a possibilidade de existir o fator de exclusão de alguma parcela da população que vive, também, da exploração da aroeira, por ficar fora da delimitação da IG. Aqui, pode-se questionar o porquê da medida protetiva e para quem interessa tal interferência. Deixar a situação como está, sem proteção, não seria o mais viável. Diante das adversidades enfrentadas pelas comunidades, o registro da devida IG entraria como elemento de equilíbrio para um retorno financeiro eficaz aos exploradores da aroeira. Mecanismos de formação de personalidade jurídica podem ser realizados, sob a forma de associação e pode atenuar o efeito excludente de uma IG.

A aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi.), no baixo curso do rio São Francisco, entre Sergipe e Alagoas, pode ser vista como produto de destaque e qualidade diferenciada. Por características peculiares e demonstradas cientificamente, a aroeira extraída na região em destaque possui elementos suficientes para solicitação do registro por Denominação de Origem.

Espera-se que como em outras regiões do Brasil e do mundo, a IG possa trazer desenvolvimento para a comunidade de extrativistas da aroeira do Baixo São Francisco sergipano, gerando emprego e renda, além de possibilitar o aumento do preço mínimo de venda do fruto e da taxa de atratividade.

5 Considerações Finais

No tocante ao objeto desse trabalho, o território do Baixo São Francisco sergipano vem sofrendo inúmeras intervenções estatais, por apresentar grandes potencialidades culturais e econômicas, devido à existência do Rio São Francisco. A região tem como característica ser uma das regiões mais atrasadas do Estado, com o estigma de piores indicadores de renda, educação, saúde, emprego e habitação. Dentro desse contexto, do ponto de vista econômico, compreende-se que o desenvolvimento está associado às questões de baixa escala de produção, derivados de problemas incorridos na infraestrutura agrária, tecnológica e comercial. Todavia, as mudanças têm modificado essa realidade, pois mediante outros setores da economia, a percepção que se tem é de que com o emprego de estudos socioeconômicos, de tecnologia e de identificação geográfica para promoção do desenvolvimento em todas as áreas na localidade, marca-se de forma positiva o

progresso da localidade do Baixo São Francisco sergipano, que vem buscando a cada dia melhorias nas áreas social, econômica, ambiental, cultural e turística.

Assim, conclui-se pela importância constante da avaliação da indicação geográfica para a promoção do desenvolvimento regional, e que, nesta análise sejam verificadas propostas e ações estratégicas adotadas pelas instituições públicas e organismos diversos, identificando, junto aos atores locais, as suas reais necessidades, para canalizar de forma mais efetiva as políticas públicas, visando a redução das desigualdades econômicas e sociais nas regiões rurais, sobretudo na localidade em estudo, que se apresenta carente de investimento, mas tem desempenhado fatores como aprendizagem, conhecimento, inovação, cooperação, acesso a financiamentos e melhoria no capital social.

6 Referências

- ÁLVARES-CARVALHO, S. V.; SILVA-MANN, R.; GOIS, I. B.; MELO, M. F.V., OLIVEIRA A. S.; FERREIRA, R. A.; GOMES, L. J. Restoration over time and sustainability of *Schinus terebinthifolius* Raddi. **Genetic Molecular Research**, v.16, n. 2, p.1-9, 2017.
- ALVES, N. M. de S.; FONTES, A. L.; SILVA, D. B. da; ALMEIDA, J. A. P. Dinâmica geoambiental, processos morfodinâmicos e uso das terras em Brejo Grande, Baixo São Francisco – Sergipe. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.11, n. 2, p.91-102, 2010.
- BOECHAT, A. M. F.; ALVES, Y. B. O uso da indicação geográfica para o desenvolvimento regional: o caso da carne do pampa gaúcho. **Anais Eletrônico**. VII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, Centro Universitário de Maringá, Maringá, PR.
- BRASIL. Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 2003. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=74>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- _____. **Guia para a solicitação de registro de indicação geográfica para produtos agropecuários**. 2007. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/guia-para-solicitacao-de-registro-de-indicacao-geografica-para-produtos-agropecuarios-2007.pdf/view>>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Guia para a solicitação de registro de indicação geográfica para produtos agropecuários**. 2008.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Indicação Geográfica**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>>.. Acesso 17 de mar. de 18.
- CASADO, A. P. B.; HOLANDA, F. S. R.; ARAUJO FILHO, F. A. G.; YAGUIU, P. Evolução do processo erosivo na margem direita do rio São Francisco (Perímetro Irrigado Cotinguiba/Pindoba - SE). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 26, n.1, 2002.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008.
- CERUKS, M.; ROMOFF, P.; FÁVERO, O. A.; LAGO, J. H. G. Constituintes fenólicos polares de *Schinus terebinthifolius* Raddi (Anacardiaceae). **Química Nova**, v. 30, n. 3, p. 597-599, 2007.

- CÔRREA, G. B. **A Proteção Legal das Indicações Geográficas**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na PUC do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_1/gustavo.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2014.
- DEGÁSPARI, C. H.; WASZCZYNSKYJ, N. Propriedades antioxidantes de compostos fenólicos. **Visão Acadêmica**, v. 5, n. 1, p. 33-40, 2004.
- DEGÁSPARI, C. H.; WASZCZYNSKYJ, N.; PRADO, M. R. M. Atividade antimicrobiana de *Schinus terebinthifolius* Raddi. **Ciência Agrotécnica**, v.29, n.3, p.617-622, 2005.
- DULLIUS, P. R. **Indicações geográficas para o desenvolvimento territorial: as experiências do Rio Grande do Sul**. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Dullius.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- ESTEVES, J. C. B. **Desenvolvimento rural e subdesenvolvimento econômico no Baixo São Francisco sergipano**. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/4552>>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- GARRASTAZU, M.; MATTOS, P. (2013). MODELAGEM E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA. In: L. Gomes, R. Silva-Mann, P. Mattos and A. Rabbani, ed., **Pensando a biodiversidade: aroeira (Schinus terebinthifolius Raddi.)**, 1ª ed. [online] São Cristóvão: editora UFS, pp.21-31. Available at: http://docs.wixstatic.com/ugd/609f7a_87bfd3e93d243609cec1ada23414b77f.pdf [Accessed 27 Jun. 2018].
- GEBRIM, S. **Indicação geográfica valoriza produtos agropecuários**. MAPA. 2011. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/indicacao-geografica-valoriza-produtos-agropecuarios_123891.html>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- GODINHO, A. L.; GODINHO, H. P. **Breve visão do São Francisco**, pp. 15-24. 2003. In: H. P. GODINHO, A. L.; GODINHO, H. P. **Águas, peixes e pescas no São Francisco das Minas Gerais**. CNPq/PADCT, Editora PUC Minas, Belo Horizonte, MG, 460p.
- GOIS, I. B., FERREIRA, R. A.; SILVA-MANN, R.; BLANK, M. F. A.; SANTOS NETO, E. M. Diversidade genética entre indivíduos de *Spondias lutea* L. procedentes do Baixo São Francisco sergipano, por meio de marcadores RAPD. **Revista Árvore** [online], v. 38, n. 2, pp.261-270, 2014.
- GONÇALVES, M. F. W. **Propriedade Industrial e a proteção dos nomes geográficos**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008.
- GOMES, M. D. G. et al. Extrativismo e comercialização da aroeira (*Schinusterebinthifolius*Raddi) na região do Baixo São Francisco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto.Anais... Ribeirão Preto, 2005. p. 1-14
- GONCALVES, L.O.; PINHEIRO, J.B.; ZUCCHI,M.I.; SILVA-MANN, R. Genetic characterization ofthe coral tree (*Erythrina velutina* Willd.) in areas of low occurrence. **Revista Ciência Agrônômica**, v.45, n.2, p.290-298, 2014.
- HOLANDA, F. S. R.; SANTOS, L. C. G.; ARAÚJO FILHO, R. N.; PEDROTTI, A.; GOMES, L. J.; SANTOS, T. O.; CONCEIÇÃO, F. G. Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do Rio São Francisco no seu baixo curso. **Ra’e Ga**, v. 22, p. 219-237, 2011.
- HOLANDA, F. S. R.; VIEIRA, T. R. S.; ARAÚJO FILHO, R. N.; SANTOS, T. O.; ANDRADE, K. V. S.; CONCEIÇÃO, F. G. Propagation through cutting technique of species occurring in the Lower São Francisco River in Sergipe State with different concentrations of indolbutiric acid. **Revista Árvore** [online]. 2012, vol.36, n.1 [cited 2018-06-26], pp.75-82.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Brasília, 2014. (Comunicado Ipea, n. 155).

- Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- JESUS, N. B.; GOMES, L. J. Conflitos socioambientais no extrativismo da aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi), Baixo São Francisco - Sergipe/Alagoas. **Ambiente e Sociedade**. [online]. 2012, vol.15, n.3 [cited 2018-06-27], pp.55-73. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1809-4422. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300005>.
- JUNGMANN, D. M.; BONETTI, E. A. **Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente**. Brasília: SENAI, 2010.
- KAKUTA, S. M. **Indicações geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2006.
- LEDO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. F.; LEDO, C. A. S.; SILVA, S. O. Avaliação de genótipos de bananeira na região do Baixo São Francisco, Sergipe. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v.30, p.691-695, 2008.
- MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/248>>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- MOURA, D. C.; SCHLINDWEIN, C. Mata Ciliar do Rio São Francisco como biocorredor para Euglossini (Hymenoptera, Apidae) de Florestas Tropicais Úmidas. **Neotropical Entomology**, 38:281-284, 2009.
- NASCIMENTO, M. C. **Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no Baixo Rio São Francisco**. Maceió: CBHFS, 2013. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Relat%E2%94%9C%E2%94%82rio-da-expedi%E2%94%9C%D0%B7%E2%94%9C%D0%B3o-da-Regi%E2%94%9C%D0%B3o-do-Baixo-SF-FINAL-26-03-2014.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- RABBANI, A. R. C.; SILVA-MANN, R.; FERREIRA, R. A. Variabilidade genética de *Genipa americana* L. pertencente ao Baixo Curso do Rio São Francisco. **Revista Árvore**, v. 36, n. 3, p. 401-409, 2012.
- RIBAS, M. O.; SOUSA, M. H.; SARTORETTO, J.; LANZONI, T. A.; NORONHA L.; ACRA L. A. Efeito da *Schinus terebinthifolius* Raddi sobre o processo de reparo tecidual das lesões ulceradas induzidas na mucosa bucal do rato. **Revista Odonto Ciência**, v. 21, p. 245-52, 2006.
- RIPPEL, R. **Os encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial: um estudo de caso da Frigobras-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias**. 1995. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1995.
- SANTANA, G.C.; SILVA-MANN, R.; FERREIRA, R.A.; GOIS, I.B.; OLIVEIRA, A.S.; BOARI, A.A.J.; CARVALHO, S.V.A. Diversidade genética de *Enterolobium contortisiliquum* (vell.) morong. no baixo rio são francisco, por meio de marcadores rapd. **Revista Árvore**, 32(3):427-433(2008).
- SOARES, D. G. S.; OLIVEIRA, C. B.; LEAL, C.; DRUMOND, M. R. S.; PADILHA, W. W. N. Atividade Antibacteriana in vitro da Tintura de Aroeira (*Schinus terebinthifolius*) na Descontaminação de Escovas Dentais Contaminadas pelo *S. mutans*. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 7, n. 3, p. 253-257, 2007.
- SOUZA, D. C. L.; SILVA-MANN, R.; FERREIRA, R. A.; GOMES, L. J.; ALMEIDA, T.S.; OLIVEIRA, A. S.; PEREIRA, G. S.; GOIS, I. B. Produção de frutos e características morfofisiológicas de *Schinus terebinthifolius* Raddi., na região do baixo São Francisco, Brasil. **Revista Árvore**, v.37, n.5, p.923-932, 2013

VARGAS, I. C. S. **Indicações geográficas do Brasil**: possibilidades para os produtores inseridos na área de proteção ambiental do Ibirapuitã, RS. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VELLOSO, C.Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC)**. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. DL 101 **General course on intellectual property** – session 2, 2016.